



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

**Agravo Regimental nº 191201-0/01 – Comarca de Recife**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravada:** Priscilla Leite Maia de Oliveira

5596

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. APLICAÇÃO DE SISTEMA DE PESOS NÃO PREVISTO NO EDITAL DO CERTAME. ILEGALIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 1.º DA LEI N.º 9.494/97. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE. 1. Conquanto não exista dúvida quanto à impossibilidade de antecipação de tutela em face da Fazenda Pública nos casos de reclassificação, equiparação, concessão de aumentos ou extensão de vantagens pecuniárias a servidores públicos, em razão das vedações contidas no art. 1º da Lei nº 9.494/97, tal entendimento não se aplica à hipóteses dos autos, em que a recorrida busca apenas a correção da sua prova discursiva em conformidade com o disposto no item 9.1.1 do Edital do certame, isto é, sem o sistema de pesos. 2. De acordo com o documento de fls. 52/53, é possível observar que a banca examinadora do concurso público para provimento do cargo de Analista em Gestão Administrativa da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco, ao corrigir a prova discursiva, aplicou fórmula de cálculo com sistema de pesos diferentes para a avaliação do conteúdo e da língua portuguesa, transgredindo, portanto, o disposto no subitem 9.1.1 do Edital do certame, o qual não fez qualquer menção quanto à atribuição de pesos para a correção da prova discursiva. 3. Desta forma, não se trata intromissão do Judiciário no âmbito do mérito administrativo, mas sim de controle judicial da legalidade e da Vinculação da Administração Pública às prescrições estabelecidas no edital da seleção pública. 4. Agravo Regimental a que se nega provimento unanimemente.



002

15

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo Regimental nº 191201-0/01, em sessão realizada no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 27 de 04 de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães -- Relator**



003

16

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Regimental nº 191201-0/01 – Comarca de Recife**  
**Agravante:** Estado de Pernambuco  
**Agravada:** Priscilla Leite Maia de Oliveira

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo Regimental hostilizando decisão interlocutória proferida às fls. 124/126 dos autos de Agravo de Instrumento em apenso, a qual, indeferiu o pleito de efeito suspensivo, mantendo incólume o provimento de primeiro grau que assegurou o direito da ora agravada de ter corrigida sua prova discursiva referente ao concurso público para provimento do cargo de Analista em Gestão Administrativa da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco, em conformidade com o que estabelece o Edital do certame, isto é, sem o sistema de pesos.

Em suas razões, de fls. 02/08, pugna o Estado agravante pela reforma da decisão vergastada, argumentando, em suma, que a antecipação de tutela concedida pelo Togado Singular encontra óbice no art. 1º da Lei nº 9.494/97, bem como que a eliminação da candidata agravada deu-se em estrito cumprimento ao edital do certame, que, por sua vez, não possui qualquer vício de legalidade, o que inviabiliza a interferência do Poder Judiciário na questão, sob pena de afronta ao art. 2º da CF/88.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o presente Agravo Regimental para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife 28 de 01 de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



004

17

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Regimental nº 191201-0/01 – Comarca de Recife**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravada:** Priscilla Leite Maia de Oliveira

**VOTO**

Não merecem prosperar as alegações do ora agravante, senão vejamos:

Inicialmente, observo que, conquanto não exista dúvida quanto à impossibilidade de antecipação de tutela em face da Fazenda Pública nos casos de reclassificação, equiparação, concessão de aumentos ou extensão de vantagens pecuniárias a servidores públicos, em razão das vedações contidas no art. 1º da Lei nº 9.494/97, tal entendimento não se aplica à hipóteses dos autos, em que a recorrida busca apenas a correção da sua prova discursiva em conformidade com o disposto no item 9.1.1 do Edital do certame, isto é, sem o sistema de pesos.

Neste mesmo sentido, a jurisprudência do STJ, conforme ementas abaixo transcritas:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO AO ART. 1.º DA LEI N.º 9.494/97. INOCORRÊNCIA. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO E POSSE. 1. Não é possível concessão de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública nos casos de aumento ou extensão de vantagens a servidor público, nos moldes da vedação contida no art. 1.º da Lei n.º 9.494/97. 2. No entanto, o referido entendimento não se aplica às hipóteses como a dos autos, em que a Recorrida busca a sua nomeação e posse nos cargos de Professora de História, em razão da sua aprovação no concurso público. 3. Agravo Regimental desprovido (AgRg no REsp 1014288 / RN, Rel. Min. LAURITA VAZ, T5 - QUINTA TURMA, DJ 26/06/2008).

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ART. 535. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. CURSO DE FORMAÇÃO. TUTELA ANTECIPADA. FAZENDA PÚBLICA. EXCEÇÃO ÀS HIPÓTESES DO ART. 1º DA LEI 9.494/97. POSSIBILIDADE. REQUISITOS DO ART. 273 DO CPC. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 07/STJ. A antecipação de tutela em face da Fazenda Pública pode ser concedida nas situações que não se encontrem inseridas nas hipóteses impeditivas da Lei 9.494/97. A jurisprudência deste Tribunal tem reiterado o entendimento quanto à impossibilidade de apreciação em sede de recurso especial, de eventual afronta ao disposto no art. 273, do



005

18

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

CPC, referente a antecipação de tutela, por demandar o reexame de matéria probatória, vedada pela Súmula 07/STJ. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp 867619 / PR, Rel. Min. PAULO MEDINA, T6 - SEXTA TURMA, DJ.08/03/2007).

No mais, quanto à alegação de violação ao princípio da separação dos poderes, melhor sorte não colhe o recorrente.

Explico.

Como já mencionado na decisão fustigada, a reprovação da candidata agravada se deu em virtude da mesma não ter logrado obter a nota mínima 5,0 (cinco) exigida na prova discursiva do certame.

Ocorre que, de acordo com o documento de fls. 52/53, é possível observar que a banca examinadora atribuiu pesos diferentes para a avaliação do conteúdo e da língua portuguesa em relação às duas questões que compunham a aludida prova discursiva, tendo sido aplicado peso 4 (quatro) para o conteúdo e peso 1 (um) para a língua portuguesa, fórmula de cálculo esta que, ao ser aplicada, transgrediu o disposto no subitem 9.1.1 do Edital do certame, o qual não fez qualquer menção quanto à atribuição de pesos para a correção da prova discursiva.

No caso em concreto, portanto, não se trata intromissão do Judiciário no âmbito do mérito administrativo, mas sim de controle judicial da Legalidade e da Vinculação da Administração Pública às prescrições estabelecidas no edital da seleção pública.

Ante o exposto, voto pelo improvimento do presente Agravo Regimental, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 28 de 02 de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**